# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

# AMANDA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

# GOIÂNIA 2022

**AMANDA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA**

AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Gestão e Negócios, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no curso de Ciências Contábeis como requisito para realização da disciplina de TCC II, sob a orientação do Prof. Me. Vital Henrique Barbosa Costa.

Linha de Pesquisa: Gestão Estratégica Área de pesquisa: Contabilidade Gerencial

# GOIÂNIA 2022

**AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL**

# THE CONTRIBUTIONS OF ACCOUNTING IN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

\*Amanda Pereira da Silva Oliveira

\*\*Vital Henrique Barbosa Costa

**RESUMO:** Com a crescente percepção social acerca das questões ambientais, as empresas são em maioria pressionadas pelo mercado nacional e global referente à preservação do meio ambiente. Com isso, a contabilidade passou por várias mudanças dando início à contabilidade ambiental. A problemática envolvida buscou responder quais são as contribuições que a contabilidade proporciona na gestão ambiental, com o objetivo de gerar informações necessárias para as decisões empresariais que impactam o meio ambiente. Este tema se justifica por sua importância em todas as empresas que procuram atuar de forma responsável, procurando tratar seus passivos ambientais e evidenciar contabilmente o que está sendo feito nesta área. Este estudo se classifica como pesquisa bibliográfica, pois foi realizado uma vasta revisão da literatura disponível sobre o tema. A contabilidade como um instrumento essencial no fornecimento de dados relevantes nos demonstrativos auxilia os gestores a tomarem as melhores decisões estratégicas no meio ambiente, além disso, esta ferramenta é utilizada para evitar multas, cumprir com a legislação vigente, evitar prejuízos e gerar vantagens competitivas trazendo valor aos investidores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade; Gestão Ambiental; Contabilidade Ambiental.

**ABSTRACT:** With the growing social perception about environmental issues, companies are largely pressured by the national and global market regarding the preservation of the environment. As a result, accounting underwent several changes, giving rise to environmental accounting. The problem involved sought to answer what are the contributions that accounting provides in environmental management, in order to generate necessary information for business decisions that impact the environment. This topic is justified by its importance in all companies that seek to act responsibly, seeking to address their environmental liabilities and accounting for what is being done in this area. This study is classified as a bibliographic research, as a vast review of the available literature on the subject was carried out. Accounting as an essential instrument in providing relevant data in the statements helps managers to make the best strategic decisions in the environment, in addition this tool is used to avoid fines, comply with current legislation, avoid losses and generate competitive advantages bringing value to investors.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Me. Vital Henrique Barbosa Costa.

\*Amanda Pereira da Silva Oliveira, Bacharelando em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-010. E-mail: [amanda.1999@outlook.com.](mailto:amanda.1999@outlook.com)

\*\*Me. Vital Henrique Barbosa Costa. Docente Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440

- Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-010. E-mail: [vital.hbc@hotmail.com](mailto:vital.hbc@hotmail.com)

**KEY-WORDS:** Accounting; Environmental Management; Environmental Accounting.

# 1 INTRODUÇÃO

É perceptível a crescente preocupação em todas as esferas da sociedade acerca das questões ambientais. Desde os primórdios, era comum ao homem usufruir de recursos ambientais visando o desenvolvimento econômico e tecnológicos para a maximização de lucros. A percepção social, alinhada com as exigências do mercado demanda políticas de controle, preservação, recuperação ambiental e adoção de novas estratégias empresariais para tomadas de decisões, o que por sua vez, inclui alterações na contabilidade tradicional e passam a exigir a implementação da contabilidade ambiental para fins de gestão.

Nesse sentido a questão ambiental deixou de ser debatida apenas por ecologistas e passou a ter relevância no âmbito empresarial, principalmente pelas propostas impostas sob forte pressão pelo mercado financeiro, nesse aspecto o termo **ESG – do inglês ambiental, social e governança** objetiva “desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental” (PACTO GLOBAL, 2018).

A contabilidade ambiental tem um papel fundamental neste processo, com o propósito de auxiliar as empresas a seguirem medidas eficazes na conservação e na preservação dos recursos naturais. Além disso, a contabilidade como meio de informação das transações ocorridas dentro da entidade, não podem ficar de fora das pautas ecológicas e assim ter meios diligentes para resolver os problemas ambientais. A contabilidade por ser uma ciência social obriga-a a participar ativamente das pesquisas para solucionar e informar os eventuais acontecimentos das organizações que podem afetar o meio ambiente, ao mesmo tempo também cuidar da mensuração desses acontecimentos (PRAZERES; GOMES; AZEVEDO, 2002).

Diante disso, surge a problemática: quais são as contribuições da contabilidade no aprimoramento das gestões ambientais? O objetivo dessa pesquisa é evidenciar e analisar alguns dos principais conceitos da contabilidade tradicional e ambiental que por sua vez contribuirão para o gerenciamento dos recursos ambientais, bem como gerar informações necessárias para as decisões empresariais que impactam o meio ambiente e por consequência refletem na lucratividade. Pretende-se também como objetivo específico apresentar a importância da contabilidade ambiental como forma para preservação do meio ambiente.

Justifica-se a pesquisa fundamentação teórica do tema, no sentido de ampliar a literatura existente, fomentará a área de pesquisa, subsidiando estudantes e pesquisadores, com novas

abordagens relacionadas à aplicabilidade da contabilidade ambiental, como ferramenta de gestão e instrumento gerador de informações para tomada de decisões acerca de eventos econômicos relativos ao meio ambiente. Dessa forma o artigo demonstra ao leitor a importância dessa ferramenta na atual conjuntura empresarial como forma de tomada de decisões e na preservação do meio ambiente.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão da literatura relacionada a e contabilidade e gestão ambiental através de artigos, livros e teses buscadas em bibliografias sobre o tema exposto.

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

* 1. **CONTABILIDADE AMBIENTAL**

A contabilidade é uma das ciências mais antigas e dinâmicas da história. As primeiras decorrências da contabilidade são datadas desde as primeiras civilizações humanas que se tem conhecimento, as quais as atividades eram a agricultura e pecuária. Com o crescimento das grandes cidades e com o avanço das tecnologias o crescimento econômico foi ocupando espaços das metrópoles, dando o início as revoluções industriais. E por fim no século XXI dá- se o início de uma grande revolução dos comércios virtuais. Certamente, diante de todas as inovações na economia, a contabilidade teve a necessidade de se expandir e adaptar a sua utilização nessa nova realidade (ANTONOVZ, 2014).

A Contabilidade Ambiental ganhou força em 1998 quando o Relatório financeiro e contábil do Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas foi finalizado. A contabilidade ambiental passou a ter status de novo ramo da ciência contábil. (KRAEMER, 2004). Há várias nomenclaturas para a contabilidade, entre elas está a contabilidade ambiental que surgiu com o objetivo de auxiliar as empresas a analisar e controlar seus impactos no meio ambiente de modo a melhorar sua tomada de decisões em prol do benefício do mercado (SANTOS, et al., 2019 p.).

Para Iudícibus (2010, p. 53) “o objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.” Os usuários são pessoas físicas ou pessoas jurídicas que tenham algum interesse na avaliação de alguma entidade.

A contabilidade ambiental auxilia os gestores a demonstrar a responsabilidade da empresa através dos relatórios contábeis pelo qual as informações devem ser expressas de forma fidedigna e transparentes nos gastos para o controle da gestão financeira e econômica da empresa. Os resultados dos demonstrativos contábeis vão mostrar o quanto a empresa investiu na questão do meio ambiente, da qual se faz responsável conforme a Lei 6.938 que exigem a aplicação de tais recursos para sua preservação ambiental (GONÇALVEZ; HELIODORO 2005 p. 84).

O desenvolvimento da contabilidade ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental. Sendo a gestão ambiental um conjunto de medidas que permitem reduzir e controlar os impactos ocasionados pelo empreendimento ao meio ambiente (FERREIRA 2011). Na gestão ambiental os administradores e gestores desenvolvem esforços para identificar fatos ambientais capazes de provocar algum impacto ambiental relevante; podem especificar as formas de controle quanto aos custos e eficiência, até implantar e manter soluções mais sustentáveis. (BRAGA, 2016)

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas. Em 1987 o *Relatório Brundtland* popularizou o termo “desenvolvimento sustentável” na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Conforme a Comissão, o desenvolvimento sustentável consiste em “[...] atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas.” (ONU, 2020)

O desenvolvimento sustentável tem como principal objetivo satisfazer as principais aspirações humanas, como necessidades básicas de qualidade de vida, de justiça social, eficiência econômica e por fim prudência ecologica. No Brasil, a prática de sustentabilidade ainda anda em passos curtos. Muitas empresas têm como principal objetivo estabelecer somente o lucro, colocando como último plano a sustentabilidade. Capra (2006) destaca que “[...] a mudança de paradigmas requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores.” Kraemer (2004) ressalta que as empresas devem mudar seus paradigmas, seus objetivos e funções empresarias. As estratégias de investimentos e maketing deve ser aprimorado adaptados ao mercado global e com aborgens ecologicamente corretas.

# LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Em 1981 a Política Nacional do Meio Ambiente estabelecida pela Lei 6.938 entra em vigor. No 2º artigo, a lei apresenta alguns objetivos a serem cumpridos. O primeiro deles “ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.” Este trecho precede a Constituição Federal que define o ambiente como um bem comum.

A Constituição Federal reconhece a importância do meio ambiente e dos espaços de preservação. Conforme o artigo 225 da Constituição Federal que diz, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988, art. 225). Viana (2013 p. 301) essa passagem da constituição trata-se não apenas dos entes governamentais relacionados direta ou indiretamente ao tema ambiental, ou dos setores produtivos, trata-se também de obrigatoriedade de a sociedade civil estar ativo mediante aos assuntos relacionados ao meio ambiente.

# ASPECTOS CONTÁBEIS FUNDAMENTAIS DE NATUREZA AMBIENTAL

* + 1. **Ativo Ambiental**

Ativos são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados e dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros. No que se refere a ativos ambientais são todos os bens ou direitos derivados das atividades ou gerenciamento ambiental constituídos pelas empresas que possuem a capacidade de geração de benefícios econômicos em períodos futuros e que visam o controle, a preservação, proteção e recuperação ambiental. (RIBEIRO 2008).

Estes gastos com investimentos ambientais devem ser considerados como Ativos Ambientais Imobilizados e Diferidos. Os Imobilizados são aquisições de itens que auxiliam a manutenção das atividades da empresa com o propósito de reduzir os danos ligados ao meio ambiente. Os Diferidos são despesas relacionadas com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias, desde que desenvolvam benefícios futuros (PAIVA, 2003, p. 101).

# Passivo Ambiental

Entende-se como passivo ambiental as obrigações que a empresa adquire em decorrência das responsabilidades pela preservação, recuperação, controle e proteção ambiental, exigindo-se em contrapartida um ativo ou um custo ambiental. (FERREIRA, 2000). Existem três tipos de obrigações referentes ao passivo ambiental: as obrigações legais,

justas ou construtivas. As obrigações legais são determinadas pelo cumprimento da lei ou da decisão jurídica aplicada à empresa; as justas são obrigações relacionadas a moral e a ética da empresa e as construtivas são alguns acontecimentos específicos que a responsabilidade da empresa perante a tal fato fica evidente a ponto de não poder negar tal situação, como por exemplo um vazamento de resíduos tóxicos em um rio (TINOCO E KRAEMER 2011, p. 183). Paiva (2003) afirma que os passivos são de origem dos processos de produções ou pela aquisição de bens de capitais financiados. É possível entender essas obrigações como passivos ambientais de duas formas: passivos ambientais normais e anormais. Os passivos normais são aqueles danos decorrentes do processo produtivo em que há emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, na maioria dos casos é um dano que pode ser controlado e até mesmo reaproveitado. Os passivos anormais são situações extraordinárias que não estão no controle da empresa, como por exemplo um acidente com um reservatório de material tóxico, terremoto e

outros eventos aleatórios.

# Receita Ambiental

O objetivo da implementação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa e sim desenvolver uma política acerca dos problemas ambientais. Porém isso não impede que a empresa aproveite para gerar um rendimento econômico (SANTOS, et al., 2001). Assim, empresas que investem no meio ambiente estão provocando melhorias no desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, estimulando a produtividade dos recursos usados em seus processos, em outras palavras, poupar os recursos podem ser considerados receitas, pois contribuem para a redução do impacto ambiental (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 190).

Tinoco e Kraemer (2011, p 165) exemplifica as receitas ambientais:

* + - * Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
      * Venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo;
      * Receita de aproveitamento de gases e calor;
      * Redução no consumo de matérias primas;
      * Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Deste modo, o conceito de receitas ambientais está diretamente ligado a ações que envolvem diretamente o meio ambiente, como prestação de serviços especializados em gestão ambiental, redução de recursos naturais como água e energia (ANTONOVZ, 2014 p.121).

# Custos e Despesas Ambientais

Custos e despesas ambientais são gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental para os processos produtivos e para as atividades ecológicas da empresa. Esses gastos quando aplicados diretamente na produção, são classificados como custos e quando aplicados indiretamente são denominados de despesas. O valor de insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente são exemplos de despesas e custos ambientais (SANTOS, et al., 2001).

Atualmente, a literatura não abrange o conceito de custos ambientais de forma clara, objetiva e amplamente aceita. A maior dificuldade em se entender e trabalhar com os custos ambientais é em sua maioria ser intangíveis. (GRZEBIELUCKAS et. al., 2012). Na visão de FERREIRA (2011) os custos ambientais podem ser classificados como diretos e indiretos, os custos ambientais diretos são derivados de fatos ligados ao meio ambiente cujo impacto é causado diretamente por uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida numa área de responsabilidade da entidade e os custos ambientais indiretos são fatos ocorridos que afetam indiretamente o meio ambiente cujo impacto não é identificado diretamente.

Após o conhecimento das categorias dos custos ambientais, os sistemas de gestão estratégica alcançarão uma razoável compreensão acerca da avaliação dos possíveis problemas ambientais que a empresa esteja assumindo, de forma que sejam conhecidos e analisados pelos dirigentes e bem evidenciados para os usuários externos (SOUZA, RIBEIRO, 2004).

Ribeiro (1998) considera como despesas ambientais todos os gastos incorridos com o gerenciamento ambiental e na área administrativa. Toda empresa necessita dos serviços do departamento de recursos humanos, ou de compras e financeiros, essas áreas desenvolvem a manutenção inerentes ao meio ambiente. As despesas ambientais podem ter gastos relacionados a horas de trabalho e seus respectivos encargos sociais bem como os insumos absorvidos.

Tinoco e Kraemer (2004) entendem como despesas ambientais das empresas em seus processos produtivos como:

* + - * tratamento de resíduos e vertidos;
      * tratamento de emissões;
      * descontaminação;
      * restauração;
      * materiais auxiliares e de manutenção de serviços;
      * depreciação de equipamentos;
      * exaustões ambientais;
      * pessoal envolvido na produção;
      * gestão do meio ambiente;
      * investigação e desenvolvimento;
      * desenvolvimento de tecnologias mais limpas;
      * auditoria ambiental.

O tratamento de resíduos e emissões estão associadas na prevenção de problemas ambientais, em seguida a depreciação está relacionada com a manutenção dos ativos utilizados em atividades ambientais e por último a auditoria ambiental está ligada à verificação de procedimentos (ANTONOVZ, 2014).

# GERENCIAMENTO AMBIENTAL

O Gerenciamento ambiental se processa por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Ribeiro (2008) explica que a gestão ambiental são várias rotinas de procedimentos eficientes para organizar e administrar de forma correta as relações entre as atividades e o meio ambiente para reduzir ao máximo o impacto ambiental. Seu objetivo é atender as imposições de forma legal desde a produção até o descarte final.

Ferreira (2011) explica que a gestão ambiental possui todas as variáveis de um processo de gestão, como o estabelecimento de políticas que visam diminuir os impactos ambientais, planejamento, um plano de ação, alocação de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros, visando, principalmente, o desenvolvimento sustentável, sendo importantes para a garantia de um futuro com desenvolvimento e preservação ambiental.

A gestão ambiental exige conhecimentos específicos para entender e realizar esse processo, criando um sistema de informação para registrar, medir e expor suas ações. Deste

modo, o sistema de gestão ambiental que envolve as informações contábeis devem considerar todas as variáveis desde o planejamento estratégico até o entendimento do impacto ambiental causado pela organização.

Tinoco e Kraemer (2004) encara a gestão ambiental como um assunto estratégico dentro das organizações o que possibilita ser um fator importante no aumento da competitividade. Diversas organizações estão cada vez mais preocupadas em mostrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente, por isso, a gestão ambiental se configura numa das mais importantes atividades para qualquer empreendimento.

Kosztrzepa (2004) ressalta que a gestão ambiental segue um ciclo que primeiro envolve a reflexão sobre os impactos ambientais da empresa e logo após leva ao planejamento e execução das atividades que visam reduzir os impactos ambientais, adiante, um controle para verificar se os planejamentos estão devidamente executados. Percebe-se que estas etapas são igualmente utilizadas para qualquer processo de gestão dentro das empresas, o diferencial é apenas a área ambiental. Esses processos possibilitam a manutenção da continuidade das atividades das empresas, em muitos casos o sistema de gerenciamento ambiental são de caráter obrigatório e não voluntário.

O Sistema de Gerenciamento Ambiental foi criado para implementar e acompanhar as atividades de proteção ambiental. Costa (2014) determina que as diretrizes do sistema são organizar, planejar, atribuir responsabilidade para melhorar o desempenho da empresa e prevê recursos materiais e humanos para determinar procedimentos para atender assim a uma política ambiental e as expectativas de desempenho. Costa (2014) também exemplifica os benefícios econômicos e estratégicos advindos do gerenciamento ambiental às organizações:

* Criação de uma imagem “verde”, possibilitando a empresa acesso a novos mercados;
* Redução de acidentes com o meio ambiente e também redução dos custos de remediação;
* Conservação de energia e recursos naturais;
* Racionalização das atividades;
* Menores riscos de sanções do poder público;
* Redução de desperdícios e perdas;
* Maior economia de escala e facilidades de acesso a créditos e financiamentos.

Portanto, com a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental reduz-se os riscos e os prejuízos relacionados ao meio ambiente racionalizando o uso de matérias primas e outros

insumos, conserva-se os recursos naturais, diminui-se e controla-se a emissão de poluentes e acima de tudo harmoniza-se as atividades com o ecossistema. Apesar dos sistemas de gerenciamento ambiental serem bem vistas e desejadas pelas empresas, no entanto, Kosztrzepa (2004) argumenta que os benefícios da gestão ambiental não são fáceis de mensurar assim como seus custos de implantação e que estes devem ser alvo de intenso controle.

# 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, quanto aos procedimentos utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica para aprofundar os conhecimentos sobre o tema proposto pois foi realizado uma coleta de dados de referências teóricas em vários artigos, livros e revistas publicadas. Embora quase todos os estudos utilizem essa metodologia para conhecer o que já foi estudado sobre o assunto e iniciar a sua base teórica, esta pesquisa aborda exclusivamente a pesquisa bibliográfica pois a intenção foi exclusivamente de recolher informações e conhecimentos prévios com o propósito de encontrar as respostas para tal questionamento. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. (GIL, 2002).

Após essa leitura abrangente, realizou-se uma nova coleta de dados bibliográficos, tendo essa a finalidade de formar uma amostragem de material que foi submetido a uma leitura mais detalhada. Em seguida foi feita uma interpretação e análise crítica dos conteúdos selecionados.

# RESULTADOS E DISCUSSÕES

* 1. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ADAPTADAS AO MEIO AMBIENTE**

O fornecimento de informação se tornou uma exigência na sociedade moderna, desse modo a contabilidade como uma ciência que transparece a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, colabora com as informações relevantes tornando-se um instrumento indispensável na identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Desta forma, a contabilidade se constitui um adequado meio de sistema de informações quanto à postura ambiental das empresas (PRAZERES; GOMES; AZEVEDO,2002).

A contabilidade busca evidenciar os valores das despesas efetuadas pela empresa com relação à degradação do meio ambiente bem como os resultados financeiros aplicados à preservação do meio ambiente. Estes resultados estão evidenciados nos principais

demonstrativos obrigatórios da contabilidade, e também nos relatórios específicos aplicados ao meio ambiente (KOSZTRZEPA 2004).

Bergamin Jr. (2000) entende que os custos, ativos e passivos ambientais devem ser contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e o desempenho ambiental tenha ampla transparência de que aos usuários da informação contábil necessitam. O Balanço Patrimonial Ambiental tem por objetivo ser público para fins de avaliação de desempenho em todas ou qualquer entidade, com ou sem fins lucrativos que possa interferir no meio ambiente de alguma forma, garantir que os custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação em conformidade com os princípios fundamentais da contabilidade (KRAEMER, 2004). As informações sobre os impactos ambientais são realizados através de demonstrações contábeis que poderão ser destinadas aos usuários internos e externos da firma. Essas informações são de extrema importância para uma gestão ambiental eficiente, cabe ao gestor tomar as decisões corretas a favor da organização.

# Balanço Patrimonial Ambiental

Conceição et. al. (2014, p. 05) afirma que “o Balanço Ambiental é um demonstrativo que expressa o ativo e o passivo ambiental num determinado momento”. O balanço patrimonial na contabilidade ambiental é dividido em ativo ambiental, passivo ambiental e patrimônio líquido ambiental. O balanço patrimonial é um demonstrativo estático que apresenta os resultados econômicos e financeiros da entidade em um determinado momento, este modelo apresentado é uma adaptação de forma que separa as contas contábeis que evidenciam os reais eventos ambientais da organização.

O quadro 1 apresenta um modelo de Balanço Patrimonial demonstrando as contas ambientais movimentadas pelas empresas referentes aos impactos ambientais.

**Quadro 1:** Balanço Patrimonial adaptado ao meio ambiente

|  |  |
| --- | --- |
| **ATIVO** | **PASSIVO** |
| **CIRCULANTE**  Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicações de Liquidez Imediata **Créditos**  Clientes  Clientes Ambientais  Subvenções Ambientais a Receber Créditos por Assessoria Ambiental Outros Créditos  **Estoques**  Matérias-primas Produtos em Processo Produtos Acabados  Produtos Reciclados e Subprodutos Insumos Ambientais  Embalagens Ambientais | **CIRCULANTE**  **Empréstimos e financiamentos** Financiamentos ambientais **Fornecedores**  Fornecedores Ambientais  **Obrigações**  Multas por Danos Ambientais Indenizações por Danos Ambientais Impostos Verdes  **Provisões**  Multas por Danos Ambientais Indenizações por Danos Ambientais Aquisições de Bens e Serviços Ambientais Restaurações Ambientais |
| **NÃO CIRCULANTE**  **Realizável a Longo Prazo Investimentos**  Participações Permanentes em outras sociedades  Outros investimentos Permanentes Participações em Fundos de Investimentos Ambientais  **Imobilizado**  Bens em operação Máquinas e Equipamentos Instalações  Edifícios  Móveis e Utensílios  Bens em Operações Ambientais  (-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas  Imobilização em processo  **Intangível**  Gastos de Implantação e Pré-operacionais Gastos com Pesquisas e Desenvolvimento  de Produtos | **NÃO CIRCULANTE**  **Empréstimos e financiamentos** Financiamentos ambientais **Fornecedores**  Fornecedores Ambientais  **Obrigações**  Multas por Danos Ambientais Indenizações por Danos Ambientais Impostos Verdes  **Provisões**  Multas por Danos Ambientais Indenizações por Danos Ambientais Aquisições de Bens e Serviços Ambientais Restaurações Ambientais  **RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**  **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  **Capital Social Reservas de Lucros**  Multas por Danos Ambientais Proteção Ambiental  **Reservas de Capital** |

|  |  |
| --- | --- |
| Projetos de Gestão Ambiental Gastos de Reorganização Ambiental (-) Amortização Acumulada | **Lucros e Prejuízos Acumulados** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **TOTAL DO PASSIVO** |

**Fonte:** Adaptado de Tinoco (2008).

# Demonstração de Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício tem o principal objetivo demonstrar o lucro líquido de determinado período, evidenciando o que influenciou no resultado do exercício, ou seja, se contribuiu para o lucro ou prejuízo. A demonstração do resultado do exercício possui as contas de resultado relacionadas por receitas e despesas de uma entidade.

A receita ambiental demostra o aumento do ativo ambiental, podem ser venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo, receita de aproveitamento de reciclagem, tudo que envolve um aumento no ativo ambiental. A despesa ambiental são gastos incorridos com o gerenciamento ambiental e com gastos decorrentes dos processos produtivos. Nas demonstrações de resultado ambientais serão destacados os resultados econômico- financeiros da gestão ambiental. Através da Demonstração do Resultado do Exercício Ambiental pode-se avaliar as receitas obtidas em relação aos custos e despesas ambientais, elaborando um plano de ação visando resultados positivos em ações implementadas pelas

organizações (TINOCO E KRAEMER 2008).

O quadro 2 mostra um exemplo da Demonstração do Resultado do Exercício demonstrando as contas ambientais que as empresas movimentam proveniente dos impactos ambientais:

**Quadro 2:** Demonstração de Resultado do Exercício adaptado ao meio ambiente

1. **Receita Operacional Bruta**

(-) Deduções das Vendas

1. Receita Operacional Líquida

(-) Custos (despesas) dos Produtos e dos Serviços Vendidos

1. **Lucro Bruto**
2. Despesas Operacionais Normais Ambientais
3. **Lucro Operacional**
4. Resultado do Exercício Antes dos Impostos, contribuições e Participações (+/-) (-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Participações e

Contribuições

**(-) 7. Lucro (Prejuízo) do Exercício**

**Fonte:** Adaptado pelo autor baseado em Tinoco (2008).

O Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício são ferramentas fundamentais para evidenciar como as organizações estão tratando as questões ambientais. São as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização. Além disso, os relatórios de caráter socioambiental como o Balanço Social, também chamado de Relatório Social ou de Relatório de Sustentabilidade, complementam a informação para a correta e devida evidenciação sobre o assunto. (FERREIRA p. 109 2011).

Dessa maneira, a Contabilidade poderá fornecer tais informações, pois é responsável pela identificação e apuração dos resultados econômico-financeiros. Essas informações contábeis de acordo com Ribeiro, Lisboa (1999) “conjugadas com dados físicos sobre os poluentes produzidos comparativamente à quantidade e tipos produzidos no período imediatamente inferior, bem como sobre os níveis permitidos pela legislação ambiental, podem ser de grande valia no que tange à avaliação da responsabilidade social de uma empresa”. É de grande importância que as organizações demonstrem, não só as suas contas patrimoniais relativas às suas atividades finalísticas, como também as inerentes ao que se referem às questões ambientais, visando demonstrar como é importante proteger e salvaguardar os recursos ambientais.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo no qual a economia ultrapassa as barreiras geográficas e com informações ao alçance de um clique, as informações cedidas aos investidores, aos consumidores e aos governos se tornaram cada vez reinvidicadas com mais precisão e agilidade, com isso, cabe às organizações encontrar ferramentas capazes de suprir essas necessidades do mundo globalizado. Sendo assim, a contabilidade como um instrumento de grande importância em uma empresa deve estar sempre atualizada com as novidades e as imposições do mercado. Nessa perspectiva, alinhado à contabilidade tradicional, surge a contabilidade ambiental que se propõe a auxiliar as empresa a preservar o meio ambiente, evitar prejuízos, diminuir custos e crescer economicamente.

Essa pesquisa se propôs a analisar alguns dos principais conceitos da contabilidade tradicional e ambiental que contribuiram para o gerenciamento dos recursos ambientais, bem

como gerar informações necessárias para as decisões empresariais que impactam o meio ambiente e por consequência refletem na lucratividade. Pretende-se também como objetivos específicos apresentar a importância da contabilidade ambiental como forma para preservação do meio ambiente.

Foi observado que diante esse cenário, as empresas foram pressionadas a mudarem a sua responsabilidade acerca do meio ambiente, isto é, mudar o modo de produzir sem agredir o a natureza. Este posicionamento exige que profissionais contadores entendam e se preparem para as demandas do meio ambiente, sabendo conciliar a questão ambiental com a questão econômica.

Os resultados dessa pesquisa evidenciou os principais objetivos e benefícios da contabilidade ambiental: fornecer informações estratégicas aos gestores para tomarem as melhores decisões dentro da organização. A empresa poderá obter os dados mais relevantes nos balanços e demonstrações contábeis ambientais para adotar práticas preventivas e corretivas, além disso poderá evitar multas e processos judiciais e isto valoriza a imagem da empresa. Ao longo desse trabalho compreendeu-se a importância da contabilidade nas empresas que desejam se sobressair ambientalmente.

De acordo com os benefícios observados gerados pela gestão ambiental ao decorrer do estudo, conclui-se que a contabilidade bem como a gestão e os sistemas ambientais favorece as responsabilidades sócio-ambientais da entidade e da sociedade. Uma das principais contribuições da contabilidade ambiental revisados na literatura se sobressai o auxílio das políticas ambientais para o uso gerencial, através da orientação e contabilização dos eventos ambientais, nos moldes da sustentabilidade em qualquer segmento econômico.

Para a continuidade deste tema, recomenda-se para as próximas pesquisas um estudo de caso avaliando a aplicabilidade da contabilidade ambiental dentro das empresas de uma determinada região ou setor de atuação. Ao fazer a pesquisa, as dificuldades encontradas na elaboração foram bibliografias que não estavam direcionadas ao tema, e ao mesmo tempo atualizadas com os dias de hoje.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

. Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>>. Acesso em: 23 de mar. de 2022

ANTONOVZ, Tatiane, **Contabilidade Ambiental**: Série Gestão Financeira**,** 1ª Ed, 2014

BERGAMIN, JR. S. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro, 2000.

BRAGA, R. P**. Demonstrações Contábeis e Aspectos da Contabilidade Ambiental. Revista Mineira de Contabilidade**, v. 4, n. 5, 2016. Disponível em: https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/535. Acesso em 20 de Maio de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 23 mar. 2022.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CONCEIÇÃO, F., FINHANI, G., JÚNIOR, N. A., ALONSO, V.L.C. CONTABILIDADE

AMBIENTAL. segEt- XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.

COSTA, C. L. O. Gestão Ambiental por Meio da Contabilidade. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 11., 2014, Resende. Anais... Resende: SEGET, 2014.

FERREIRA, Aracélia Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental** - Uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, C. (2000), **Da Contabilidade e do Meio Ambiente**, Lisboa, Vislis Editores, pág. 101.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVEZ, S. S.; HELIODORO, P. A. **A contabilidade Ambiental como um novo paradigma**. Revista Universo Contábil, ISSN 18093337, Blumenau, v.1, n. 3, p.81 - 83, set./dez.

GRZEBIELUCKAS, C.; CAMPOS, L.M.S; SELIG, P.M. **Contabilidade e custos ambientais no período de 1996 a 2007**. Produção, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 322-332, mar./abr. 2012.

IUDÍCIBUS, SERGIO DE. **Teoria da Contabilidade** – 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

KOSZREZEPA, R. de O. Evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em industrias químicas. São Leopoldo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências

Contábeis). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. 2004.

ONU - Organização das Nações Unidas. A ONU e o Meio Ambiente. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente Acesso em: 28 de outubro de 2021

PACTO GLOBAL - Rede Brasil. **A INICIATIVA**. Disponível em: https:/[/www.pa](http://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa)c[toglobal.org.br/a-iniciativa.](http://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa) Acesso em: 28 de abril de 2022.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental:** evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PRAZERES, DINALDO CAMPOS; GOMES, FERNANDA DA COSTA; AZEVEDO, Tânia

Cristina. **Contribuições da Contabilidade Na Gestão Ambiental**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2002.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 3. tir. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 1998.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 12, p. 89-99, 2001.

SANTOS, B. P.; DA SILVA, J. P.; SANTOS, N. DAS D. DE S.; SILVA, P. DOS S.;

EDUARDO, A. S. **CONTABILIDADE AMBIENTAL:** Aspectos conceituais do estudo. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 3, n. 1, 8 out. 2019.

SOUZA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira.** Revista de Contabilidade & Finanças. São Paulo: FIPECAFI/USP. n. 35, Maio/Agosto 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIANA, Mauricio Boratto, **Legislação Brasileira sobre meio Ambiente:** Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Caderno 2. Brasília, 2013

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A contabilidade como instrumento de gestão ambiental*.* 2004** Disponível em: https://[www.gestiopolis.com/a-contabilidade-como-](http://www.gestiopolis.com/a-contabilidade-como-) instrumento-de-gestao-ambiental/ Acesso em: 01 de maio de 2022.